

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **São João da Ponta**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

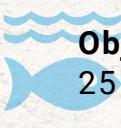
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de São João da Ponta (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2022, São João da Ponta manteve a taxa de pobreza em patamares elevados, oscilando entre 66,8% e 69,3%. Contudo, em 2023 houve um salto expressivo para 85,4%, refletindo um agravamento intenso da vulnerabilidade social. A Região de Integração Guamá seguiu trajetória semelhante, subindo de 44,4% em 2021 para 62,1% em 2022, antes de cair para 44,8% em 2023. Já o estado do Pará apresentou comportamento similar à RI: após atingir 59,1% em 2022, retornou para 44,7% em 2023. Esse padrão evidencia um impacto possivelmente conjuntural em 2022, seguido de recuperação

regional, com exceção do município. O descolamento de São João da Ponta em 2023 em relação à queda nas demais escalas pode indicar falhas em políticas compensatórias locais (Gráfico 1).

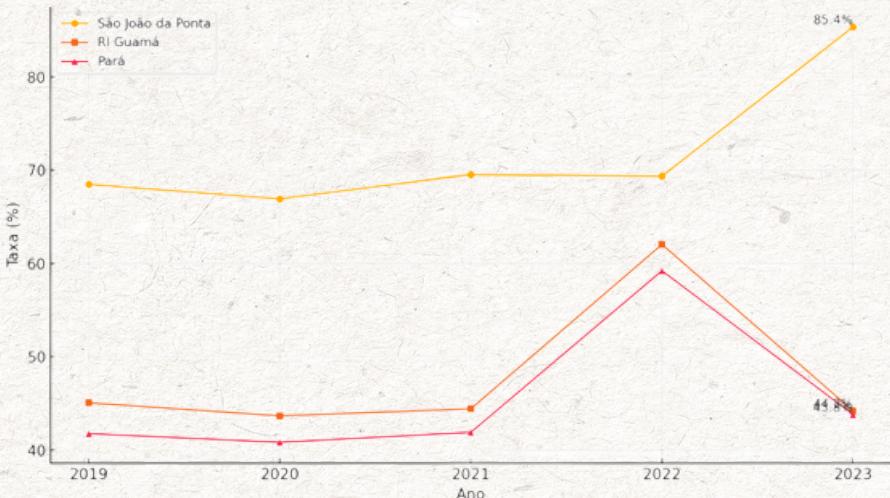
O aumento da taxa de pobreza em São João da Ponta entre 2022 e 2023, enquanto as outras esferas apresentaram melhora, sugere a existência de fatores locais agravantes. A ausência de políticas públicas eficazes ou a perda de fontes de renda predominantes podem ter contribuído para esse salto de mais de 16 pontos percentuais. Esse descompasso reforça a importância de diagnósticos específí-





cos sobre o perfil da pobreza municipal. A situação torna-se ainda mais crítica quando observada sob o viés da comparação regional, pois a RI Guamá e o estado como um todo demonstraram retomada de trajetória decrescente em 2023 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

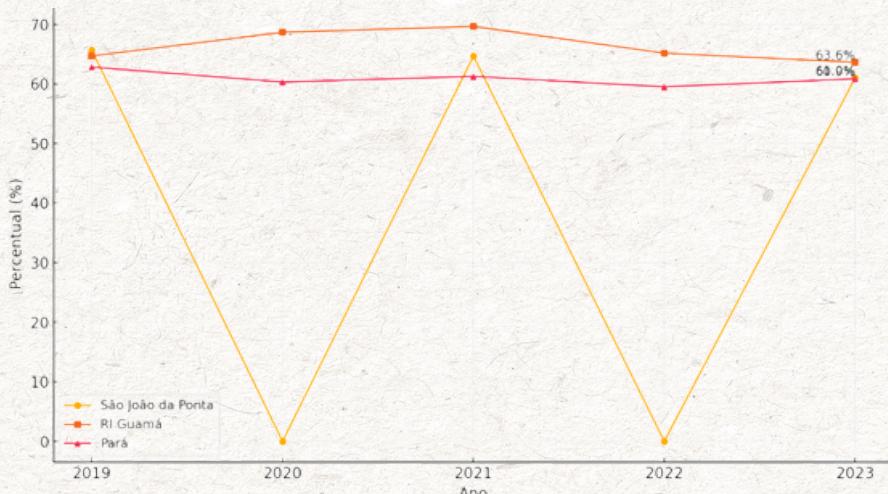
As despesas públicas com serviços essenciais em São João da Ponta apresentaram oscilações extremamente acentuadas no período analisado. Em 2019, o percentual foi de 65,4%, caindo drasticamente para 0% em 2020, o que sugere ausência de registros ou falhas na execução orçamentária. Em 2021, o índice subiu novamente para 64,1%, caindo mais uma vez para 0% em 2022 e voltando a 60,9% em 2023. Essa oscilação binária (presença total ou ausência absoluta de despesas) não é compatível com a prestação regular de serviços essenciais. Na RI Guamá, os percentuais oscilaram levemente entre 65,6% e 69,5%, encerrando em 63,6%. Já o estado do Pará manteve estabilidade em torno de

60%, com menor variação e tendência de leve recuperação em 2023 (Gráfico 2).

A instabilidade apresentada por São João da Ponta em termos de alocação de recursos para serviços essenciais é preocupante. A ausência de execução orçamentária em 2020 e 2022 pode indicar problemas na governança fiscal, fragilidade institucional ou limitações na captação e aplicação de recursos. Em contraste, os dados da RI Guamá e do estado evidenciam continuidade e compromisso com a manutenção dos serviços básicos à população. A instabilidade local pode ter efeitos diretos na qualidade da educação, saúde e assistência, especialmente em cenários de pobreza acentuada (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de São João da Ponta apresentou grande variabilidade nos percentuais de crianças com baixo peso ao nascer ao longo dos anos. O indicador começou em 7,0% em 2019, subiu para 9,6% em 2020, caiu para 6,1% em 2021 e atingiu o ponto mais baixo em 2022, com apenas 3,0%. No entanto, em 2023, o índice voltou a subir para 9,0%, reproximando-se do patamar inicial. A Região de Integração Guamá apresentou mais estabilidade: de 7,3% em 2019 para 8,9% em 2023, com pequenas variações. O estado do Pará registrou aumento con-

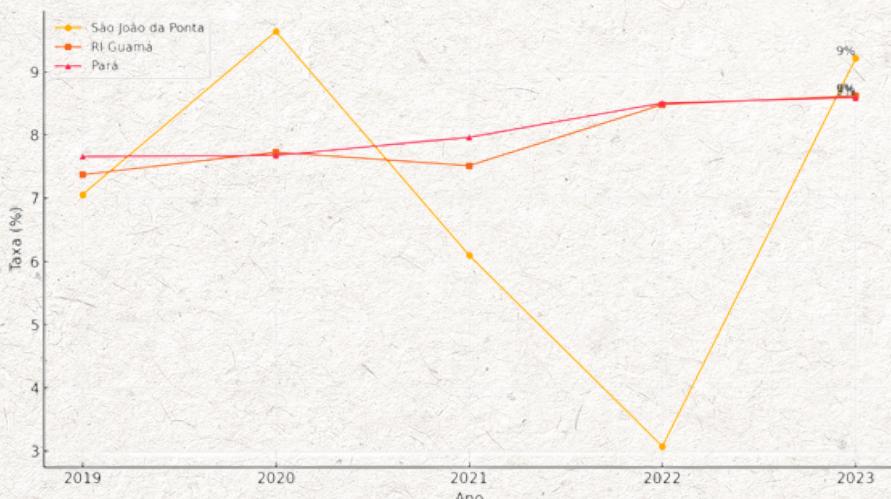
tínuo: de 7,6% em 2019 para 8,7% em 2023 (Gráfico 3).

A forte oscilação em São João da Ponta pode indicar fragilidade nos serviços de atenção básica à gestante e ao recém-nascido, além de possíveis inconsistências no registro ou cobertura das informações. A queda significativa em 2022 seguida de forte aumento em 2023 exige investigação sobre a metodologia de coleta ou eventos pontuais que impactaram a saúde neonatal. Já os aumentos graduais nos níveis estadual e regional demonstram uma tendência mais coerente, porém preocupan-

te. É possível que o crescimento do indicador esteja relacionado ao agravamento das condições de vida das gestantes em contextos de pobreza e baixa escolaridade (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

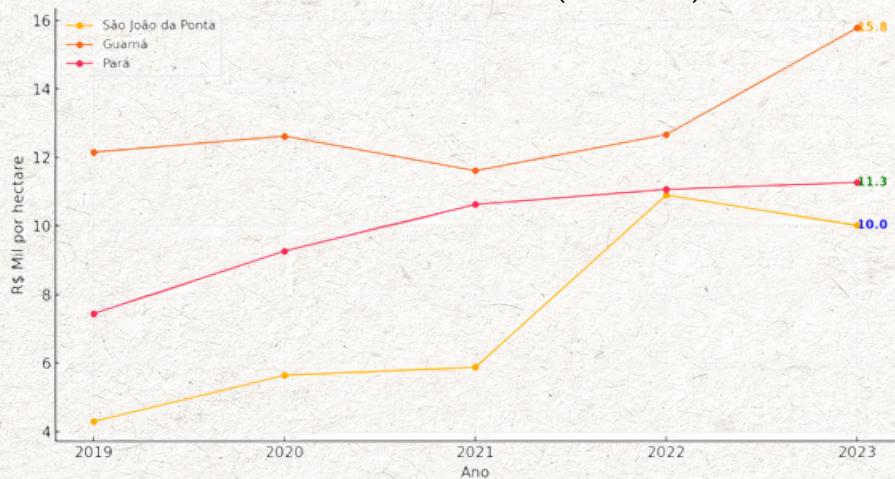


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, São João da Ponta apresentou crescimento expressivo na produtividade agrícola, saindo de R\$ 4,2 mil por hectare em 2019 para um pico de R\$ 11,0 mil/ha em 2022. No entanto, em 2023 houve uma queda para R\$ 10,0 mil/ha, interrompendo a trajetória ascendente. Ainda assim, o resultado final mostra um avanço significativo ao longo do período. A RI Guamá, por outro lado, manteve-se com os melhores índices, partindo de R\$ 11,9 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 15,8 mil/ha em 2023. O estado do Pará evoluiu de R\$ 7,5 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha, demonstrando ganho contínuo e consolidado em produtividade agrícola (Gráfico 4).

O crescimento de São João da Ponta, embora notável, ainda não equipara o município ao desempenho da RI Guamá. A diferença entre as duas escalas indica que há um potencial produtivo a ser desenvolvido, com foco em técnicas de manejo, acesso ao crédito e uso de tecnologias. A leve retração em 2023 pode ter causas climáticas, mercadológicas ou estruturais, como perda de área cultivada. No entanto, o salto observado entre 2021 e 2022 sugere que políticas pontuais de incentivo rural podem ter surtido efeito. O avanço do estado como um todo reforça o papel estratégico do setor primário para a economia local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,0 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em São João da Ponta, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 0 em 2019, saltando drasticamente para 36,2 em 2020, e em seguida caindo para 12,9 em 2021 e 0 em 2022 e 2023. Essa oscilação extrema levanta suspeitas quanto à estabilidade dos registros ou à pequena base populacional. A Região de Integração Guamá apresentou um crescimento mais linear: de 12,6 em 2019 para 15,0 em 2023, com pequenas flutuações entre os anos. Já o estado do Pará manteve estabilidade notável, com variações entre 14,6 e 15,1 por mil nascidos vivos no período analisado.

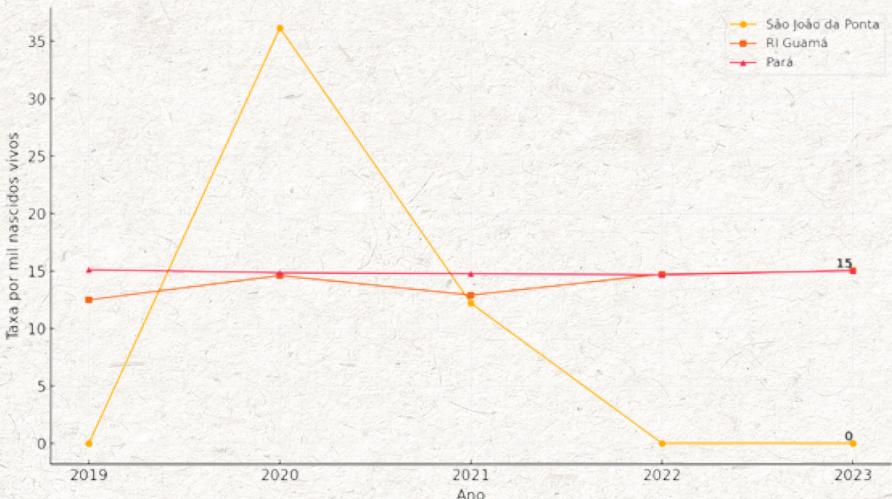
A ausência de mortes infantis nos últimos dois anos em São João da Ponta é positiva, mas precisa ser contextualizada. Oscilações muito acentuadas sugerem fragilidade na série histórica ou eventos pontuais de impacto (Gráfico 5).

É importante observar que a estabilidade observada na média estadual contrasta com os picos e vales registrados no município. O salto em 2020 pode refletir falhas nos serviços de saúde infantil ou efeitos diretos da pandemia. A queda subsequente até zerar a taxa sugere melhora nos atendimentos neonatais ou limitação no número de nascimentos. No entanto, como o volume de nascidos vivos em municípios pequenos costuma ser reduzido, qualquer variação pode causar grandes impactos percentuais. A RI Guamá segue comportamento moderado, o que reforça a confiabilidade de seus dados agregados (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

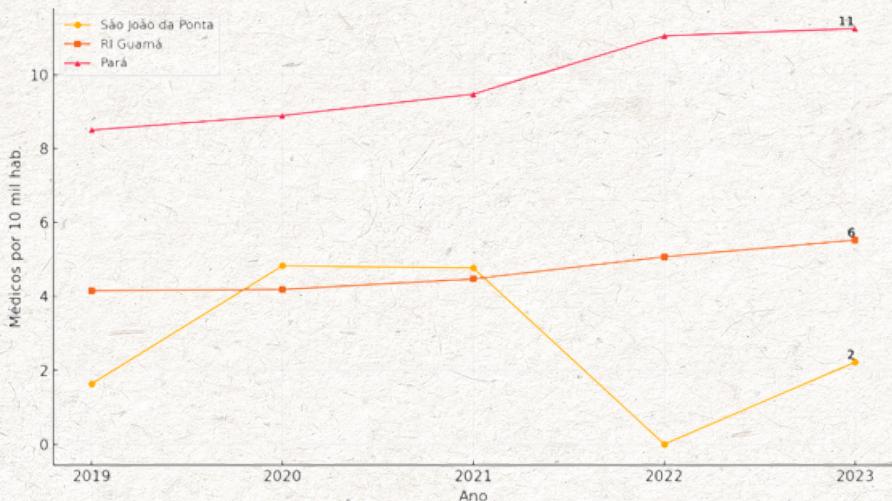
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em São João da Ponta, o número de médicos por 10 mil habitantes cresceu de 1,7 em 2019 para 4,9 em 2020 e se manteve em 5,0 em 2021. Contudo, o número despenhou para 0 em 2022 e subiu levemente para 2,0 em 2023, refletindo instabilidade na disponibilidade de profissionais. A RI Guamá mostrou crescimento contínuo e estável, de 4,1 em 2019 para 6,0 médicos em 2023. Já o estado do Pará iniciou em 8,5 em 2019 e alcançou 11,0 em 2023, evidenciando expansão gradual e consolidada da cobertura médica. A disparidade entre município e demais esferas é significativa, especialmente em 2022, quando não havia médicos registrados por habitante em São João da Ponta. Isso repre-

senta risco direto à atenção básica à saúde da população local (Gráfico 6). O comportamento errático no município sinaliza não apenas escassez, mas também rotatividade elevada ou ausência de vínculo estável com profissionais. O salto estadual e regional evidencia políticas de expansão da força médica, que parecem não ter sido suficientemente efetivas em São João da Ponta. A queda acentuada em 2022 pode estar relacionada à saída de médicos do Programa Mais Médicos ou restrições orçamentárias. O aumento discreto em 2023 indica uma recuperação parcial, ainda muito aquém da média estadual (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em São João da Ponta, o número de vagas por mil habitantes apresentou variações significativas entre 2019 e 2023. O indicador iniciou em 253 vagas em 2019, recuou para 240 em 2020 e caiu levemente para 238 em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 345 vagas, antes de recuar novamente para 300 em 2023. Já a Região de Integração Guamá apresentou queda contínua: de 217 vagas em 2019 para 190 em 2023. O estado do Pará seguiu tendência semelhante, caindo de 212 em 2019 para 198 vagas em 2023. Isso indica que, enquanto a média estadual e regional encolheu, São João da Ponta

conseguiu ampliar substancialmente sua oferta nos últimos dois anos (Gráfico 7).

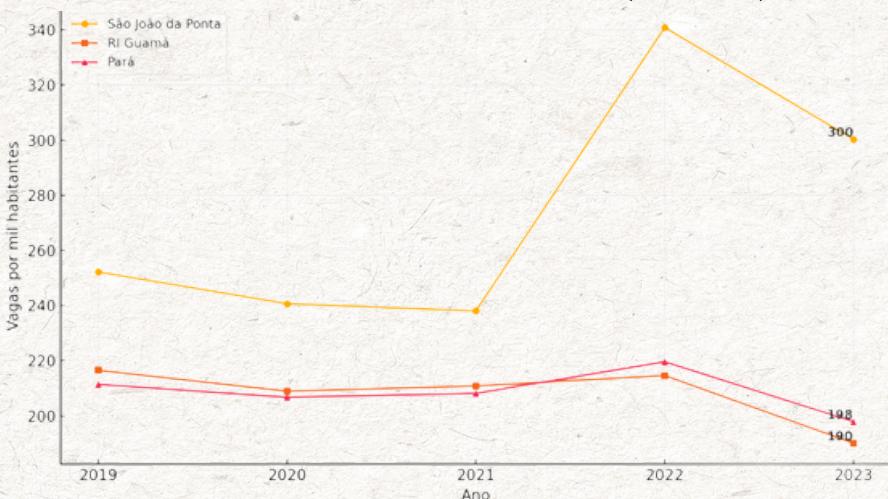
Apesar da redução entre 2022 e 2023, São João da Ponta manteve uma oferta de vagas por mil habitantes bem acima da média regional e estadual. Esse dado pode estar relacionado a estratégias de expansão de matrículas, abertura de novas unidades ou reestruturação das redes locais. A elevação abrupta em 2022, no entanto, levanta questões sobre a sustentabilidade dessa expansão especialmente diante da queda no ano seguinte. Em contrapartida, atendência decrescente nos demais níveis territoriais po-



dem estar ligada a fatores como redução de demanda, transição demográfica ou ajustes orçamentários (Gráfico 7).



**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes,
São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 300 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

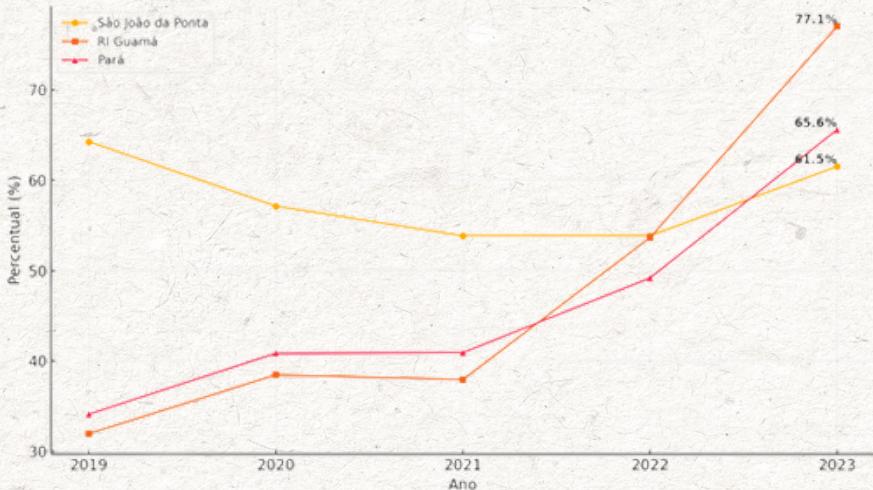
Em São João da Ponta, o percentual de escolas com acesso à internet era 64,0% em 2019, caindo para 57,0% em 2020 e 54,0% em 2021, mantendo-se estável até 2022. Em 2023, houve recuperação para 61,5%, embora ainda abaixo do índice de 2019. A RI Guamá apresentou um avanço notável: partiu de 32,0% em 2019 e chegou a 77,1% em 2023, com destaque para o salto entre 2022 e 2023. O estado do Pará seguiu caminho semelhante, indo de 34,0% para 65,6% no mesmo período. A evolução estadual e regional reflete investimentos consistentes em conectividade educacional. Já São João da Ponta mostra retroces-

so, com recuperação ainda insuficiente (Gráfico 8).

A perda de conectividade entre 2019 e 2022 em São João da Ponta comprometeu o potencial pedagógico das escolas locais, sobretudo em tempos de ensino remoto. Apesar da melhora recente, o ritmo de recuperação foi inferior ao registrado nas demais esferas. A diferença em 2023 mais de 15 pontos percentuais em relação à RI Guamá evidencia um atraso na universalização digital das unidades escolares do município. O cenário aponta para uma política local menos eficaz ou para dificuldades logísticas específicas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

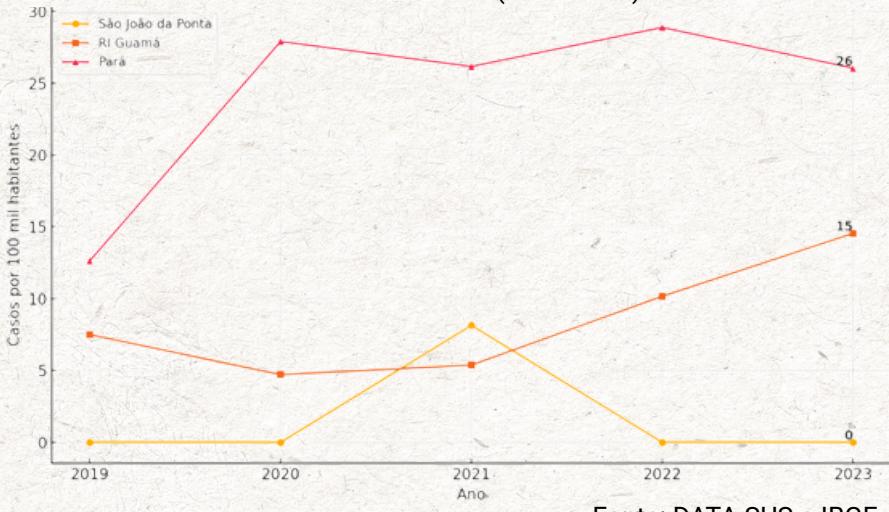


Em São João da Ponta, o indicador se manteve zerado nos anos de 2019, 2020, 2022 e 2023, com um único pico registrado em 2021, quando atingiu 8 casos por 100 mil habitantes. Na Região de Integração (RI) Guamá, houve queda entre 2019 (7,5) e 2020 (4,7), seguida de leve aumento para 5,4 em 2021. O indicador continuou subindo nos anos seguintes, alcançando 10,2 em 2022 e encerrando em 15,0 em 2023. No estado do Pará, o comportamento foi de forte alta entre 2019 (12,7) e 2020 (27,9), com redução para 26,1 em 2021, nova alta para 28,7 em 2022, e leve queda em 2023 (26,0). Isso mostra que, enquanto o estado e a RI enfrentam agravamento da violência por parceiros, São João da Ponta apresentou um cenário praticamente nulo (Gráfico 9).



Esse comportamento atípico no município pode indicar subnotificação ou ausência de registros oficiais, diferentemente da média estadual que quase dobrou no período. O crescimento contínuo na RI Guamá e no estado sugere necessidade de políticas públicas mais eficazes de proteção às mulheres e monitoramento contínuo. O contraste entre o dado zero e os crescentes índices nas demais esferas alerta para possíveis limitações institucionais no município, como ausência de canais de denúncia ou falhas na coleta de dados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

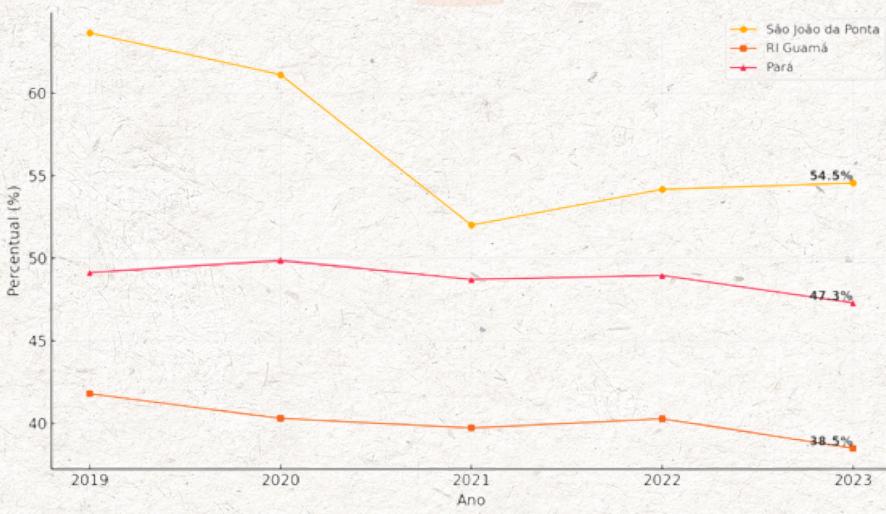
São João da Ponta apresentou um índice elevado em 2019 (63,4%), mas com tendência de queda até 2021 (52,3%), voltando a subir levemente nos anos seguintes e encerrando em 54,5% em 2023. A RI Guamá registrou diminuição progressiva no período: 41,9% (2019), 40,3% (2020), 39,6% (2021), 40,2% (2022) e 38,5% (2023), evidenciando perda de representatividade feminina. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade, com oscilação em torno de 49,1% (2019) e 47,3% (2023), mantendo-se acima da média regional (Gráfico 10).





O destaque positivo continua sendo São João da Ponta, apesar das oscilações, pois apresenta níveis mais elevados de participação feminina na gerência em relação à RI e ao estado. Isso sugere um cenário mais igualitário no município, embora os dados mais recentes indiquem estagnação. A queda constante na RI Guamá evidencia um retrocesso na ocupação de posições de liderança por mulheres. Já o estado, mesmo com estabilidade, ainda precisa avançar para alcançar a paridade de gênero efetiva nesses cargos (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

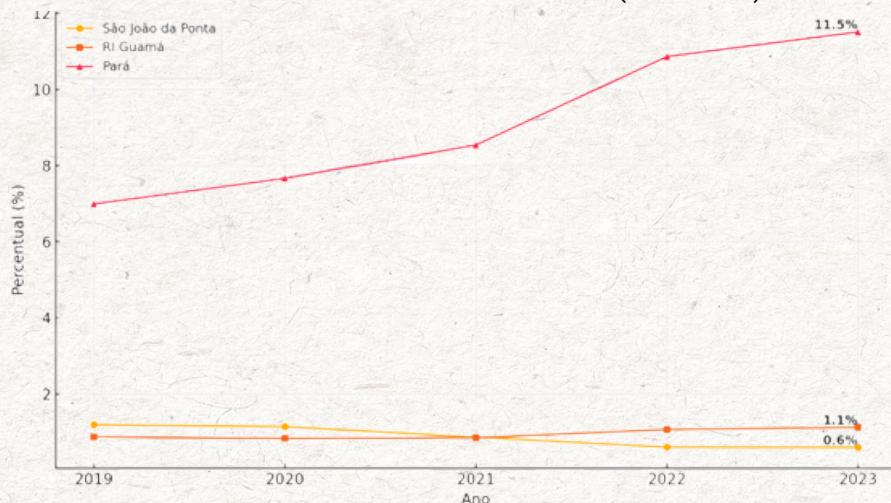
O município de São João da Ponta apresentou queda nesse indicador: de 1,2% em 2019 e 2020, reduziu para 1,0% em 2021, 0,6% em 2022 e manteve esse valor em 2023. A RI Guamá teve estabilidade entre 2019 e 2021 (0,9%), com aumento para 1,1% nos dois últimos anos. Já o estado do Pará registrou crescimento contínuo: de 7,0% em 2019 para 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022), e alcançou 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Esse cenário revela um avanço significativo no estado quanto à inclusão da população de baixa renda no serviço de esgotamento sanitário. Em contrapartida, São João da Ponta mostra retrocesso, com diminuição da cobertura para esse público vulnerável. A RI Guamá mantém baixos índices, ainda que com leve melhora. A diferença entre os níveis evidencia a desigualdade territorial no acesso ao saneamento, com o município muito aquém da média estadual, o que reforça a urgência de investimentos estruturais na área (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

São João da Ponta manteve valores muito baixos entre 2019 e 2022 (variando entre R\$ 5 e R\$ 0), até registrar um salto em 2023 para R\$ 42 por habitante. A RI Guamá permaneceu estável de 2019 a 2022 com R\$ 16, caindo em 2023 para R\$ 11. O estado do Pará teve crescimento expressivo: R\$ 80 (2019), R\$ 113 (2020), queda para R\$ 95 (2021), pico de R\$ 154 (2022) e pequena redução para R\$ 137 (2023) (Gráfico 12).

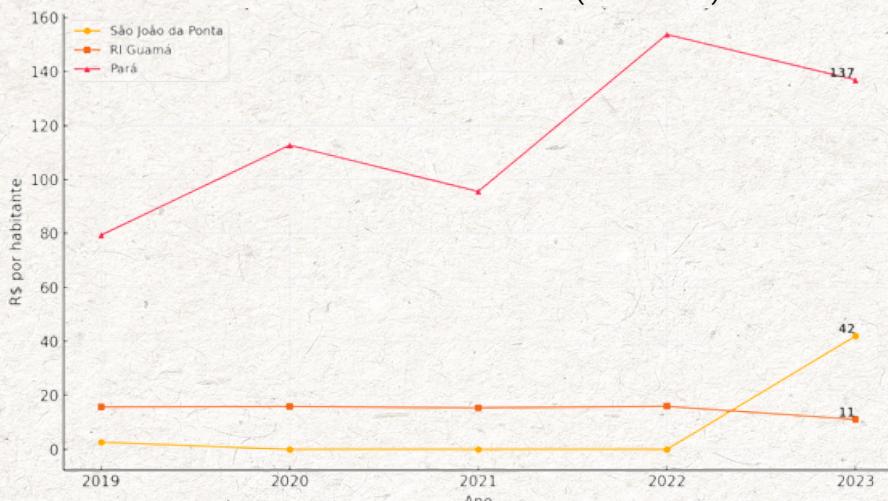
A evolução do gasto em São João da Ponta sugere um esforço recente para re-

cuperar o baixo investimento em saneamento, embora ainda esteja muito distante da média estadual. A queda na RI Guamá pode comprometer os avanços regionais na área, contrastando com os investimentos mantidos pelo estado. A disparidade mostra que o orçamento local nem sempre acompanha a demanda da população, especialmente de baixa renda, o que pode explicar a baixa cobertura de esgotamento observada anteriormente (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 42/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

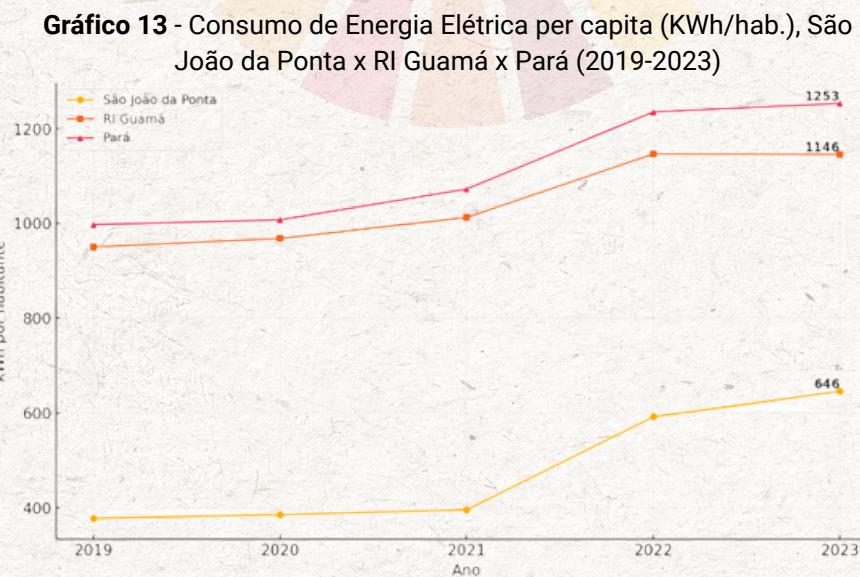


O consumo per capita de energia elétrica em São João da Ponta evoluiu de forma contínua: partindo de 369 kWh em 2019, aumentou para 377 kWh (2020), 391 kWh (2021), 592 kWh (2022), e chegou a 646 kWh em 2023. Ainda que tenha registrado crescimento de 75% no período, o município permanece com consumo significativamente inferior à média estadual. A Região de Integração (RI) Guamá apresentou elevação de 954 kWh (2019) para 969 (2020), 1.010 (2021), 1.146 (2022), mantendo esse patamar em 2023. Já o estado do Pará subiu de 997 kWh



(2019) para 1.014 (2020), 1.075 (2021), 1.232 (2022), encerrando com 1.253 kWh em 2023 (Gráfico 13).

Esse cenário revela disparidades regionais relevantes: enquanto o estado e a RI Guamá se aproximam de patamares de consumo mais altos, São João da Ponta ainda consome praticamente metade do que o restante do Pará. O crescimento recente no município, especialmente entre 2021 e 2022, é expressivo, mas não o suficiente para reduzir a defasagem estrutural. A elevação nos níveis estaduais e regionais também pode indicar maior acesso a equipamentos elétricos e expansão da rede. O avanço local precisa ser interpretado com atenção, pois seu impacto na qualidade de vida depende da continuidade dos investimentos em infraestrutura energética (Gráfico 13).



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 646 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

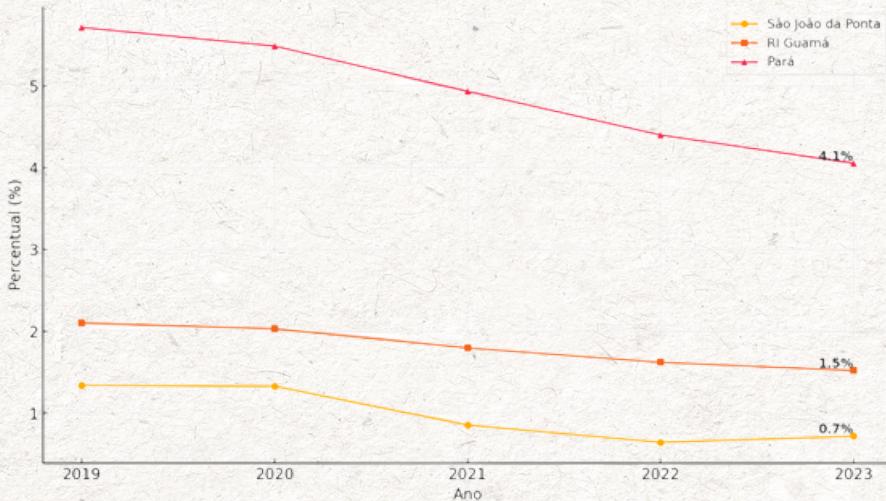
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em São João da Ponta, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil manteve-se estável em 1,3% entre 2019 e 2020, caiu para 0,9% em 2021, atingiu o menor valor em 2022 (0,6%) e subiu levemente em 2023 para 0,7%. Na RI Guamá, o indicador diminuiu gradualmente de 2,1% (2019) para 2,0% (2020), 1,8% (2021), 1,6% (2022) e 1,5% (2023). Já o estado do Pará apresentou queda mais significativa: de 5,7% em 2019 para 5,5% (2020), 4,9% (2021), 4,4% (2022) e 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



Essa trajetória evidencia um progresso na substituição de fontes fósseis por alternativas mais modernas de iluminação, com destaque para a redução contínua nos três níveis territoriais. São João da Ponta mostra o menor percentual em 2023, o que sugere maior cobertura elétrica nas residências de baixa renda — apesar de seu baixo consumo geral de energia. O estado ainda enfrenta desafios maiores, com percentuais muito acima da média do município. A consolidação dessa melhoria exige manutenção do fornecimento elétrico estável e ações específicas para os domicílios mais vulneráveis energeticamente (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



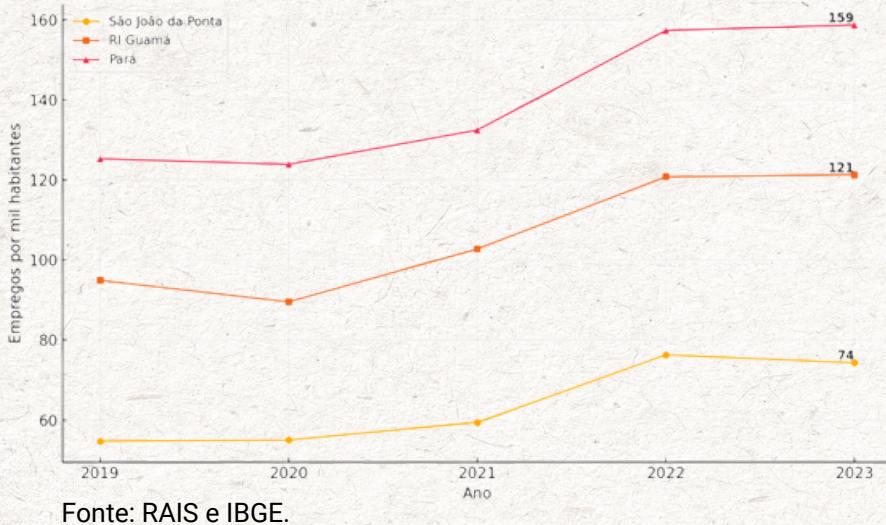
Empregos Formais por Mil Habitantes

Em São João da Ponta, o número de empregos formais por mil habitantes cresceu de 54 em 2019 para 55 em 2020 e 59 em 2021, atingindo o pico de 76 em 2022, com leve recuo para 74 em 2023. A RI Guamá iniciou com 95 em 2019, caiu para 90 em 2020, e retomou trajetória ascendente: 103 (2021), 121 (2022 e 2023). No estado do Pará, o indicador passou de 126 em 2019 para 125 em 2020, crescendo de forma expressiva nos anos seguintes: 132 (2021), 158 (2022) e 159 em 2023 (Gráfico 15).

Os dados evidenciam um avanço consistente na formalização do emprego em todas as esferas territoriais, com destaque para o crescimento expressivo no estado. São João da Ponta, embora tenha crescido mais de 37% entre 2019 e 2023, ainda apresenta números significativamente inferiores à média regional e estadual. O desempenho da RI Guamá acompanha o ritmo estadual, embora com patamar inferior. Os dados sugerem que políticas de estímulo ao emprego formal foram mais eficazes em níveis mais amplos, exigindo atenção especial a municípios menores (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 74 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

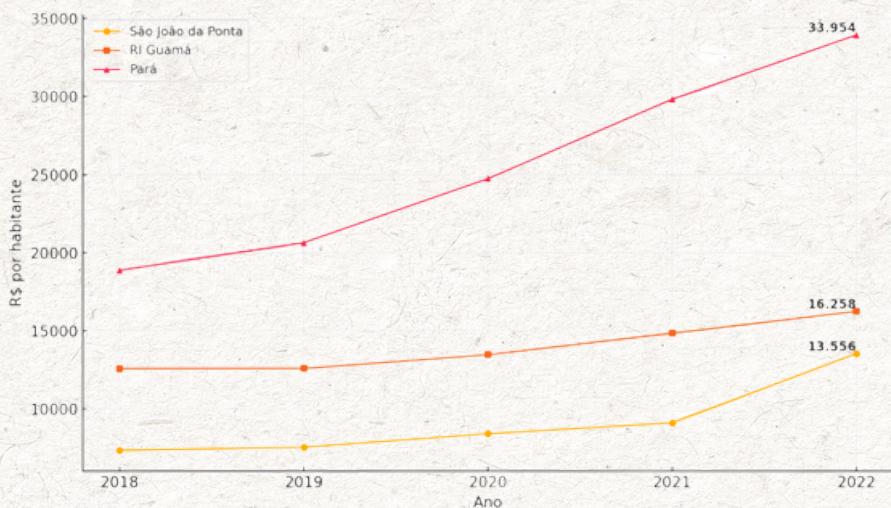
São João da Ponta apresentou crescimento constante no PIB per capita: de R\$ 7.327 em 2018 para R\$ 7.474 (2019), R\$ 8.285 (2020), R\$ 9.129 (2021) e R\$ 13.556 em 2022. Esse salto de mais de R\$ 4.400 no último ano representa uma variação de cerca de 48% entre 2021 e 2022. Na RI Guamá, os valores passaram de R\$ 12.656 (2018) para R\$ 12.709 (2019), R\$ 13.413 (2020), R\$ 14.759 (2021) e R\$ 16.258 (2022). Já o Pará teve crescimento expressivo: R\$ 19.011 (2018), R\$ 20.704 (2019), R\$ 24.729 (2020), R\$ 29.769 (2021), e R\$ 33.954 (2022) (Gráfico 16).



Esses dados indicam melhoria da atividade econômica em todas as esferas, com destaque absoluto para o estado do Pará, cujo PIB per capita cresceu quase 80% no período. A evolução da RI Guamá foi constante, porém mais lenta. Em São João da Ponta, o crescimento abrupto entre 2021 e 2022 levanta a hipótese de eventos pontuais como investimentos públicos ou privados significativos, mas seu valor ainda representa menos da metade da média estadual. A desigualdade regional permanece evidente, mesmo com os avanços recentes em municípios de menor porte (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.556/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



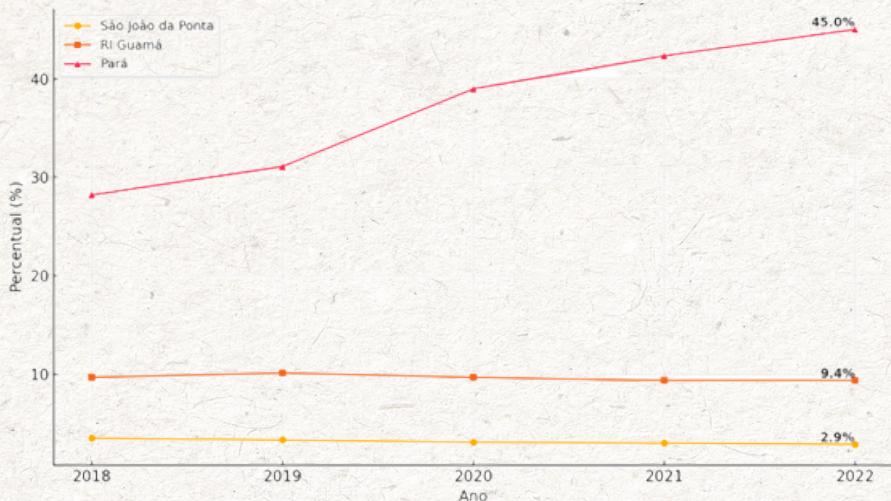
Em São João da Ponta, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB variou pouco: 3,0% (2018), 2,9% (2019 e 2020), 2,9% (2021) e 2,9% também em 2022. Na RI Guamá, os números mantiveram estabilidade com leve oscilação: 9,6% (2018), 10,0% (2019), 9,7% (2020), 9,4% (2021 e 2022). Já no estado do Pará, o indicador apresentou forte crescimento: 28,5% (2018), 31,0% (2019), 38,9% (2020), 42,6% (2021) e 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Esse cenário demonstra que a estrutura econômica de São João da Ponta é pouco industrializada, com peso praticamente estático e inferior a 3% do PIB local, o que contrasta fortemente com a média estadual. A RI Guamá, embora mais industrializada, também não acompanhou o avanço do estado, que quase dobrou sua participação industrial no período analisado. O crescimento no Pará reflete o fortalecimento de cadeias produtivas industriais, possivelmente ligadas à mineração, energia ou construção civil. Essa tendência reforça a centralização do desenvolvimento industrial e a necessidade de políticas regionais mais equilibradas (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São João da Ponta, o número de profissionais da ciência cresceu de 4,9 em 2019 para 5,6 (2020), 6,6 (2021), atingindo 9,7 em 2022, com recuo para 8,0 em 2023. Na RI Guamá, o índice caiu de 7,5 (2019) para 6,5 (2020), recuperou-se em 2021 com 9,4, e manteve crescimento até atingir 11,1 em 2023. Já no estado



do Pará, os valores passaram de 16,6 (2019) para 16,0 (2020), subindo de forma consistente até 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

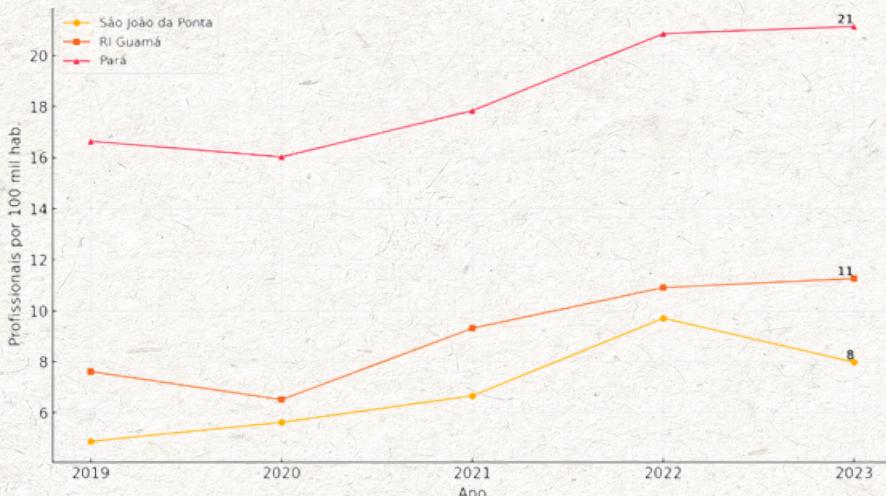
O desempenho estadual indica uma expansão contínua do

setor de ciência e tecnologia, ao passo que a RI Guamá acompanha essa tendência com crescimento mais moderado. São João da Ponta mostra avanços entre 2019 e 2022, mas a queda em 2023 interrompe esse ciclo de melhoria. Apesar do crescimento acumulado, o município ainda permanece com densidade muito inferior à média estadual. Isso evidencia a concentração de profissionais em centros urbanos maiores e destaca a necessidade de políticas de interiorização da ciência (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São João da Ponta, a massa salarial caiu de 1,45% do PIB em 2019 para 1,36% (2020), 1,25% (2021), atingindo o menor valor de 1,20% em 2022. A RI Guamá teve comportamento oscilante: 1,29% (2019), 1,15% (2020), subindo para 1,32% (2021) e encerrando em 1,70% em 2022. Já o estado do Pará apresentou queda de 1,61% (2019) para 1,36% (2020), depois 1,25% (2021) e retomada para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A recuperação em 2022 no estado e na RI

Guamá contrasta com a trajetória decrescente em São João da Ponta. Isso pode refletir limitações do mercado local, com baixa geração de empregos formais ou salários menos expressivos. O salto da RI Guamá e do Pará sugere impacto positivo de políticas de valorização do emprego formal ou aquecimento de setores econômicos estratégicos. A estagnação municipal alerta para a necessidade de estímulos específicos voltados à inclusão produtiva local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

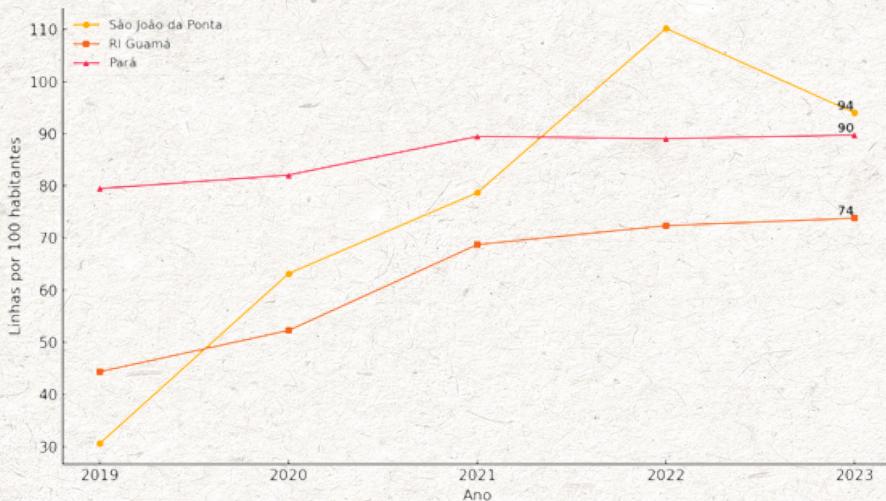
Em São João da Ponta, o acesso à telefonia móvel evoluiu de 30,1 em 2019 para 63,1 (2020), 78,8 (2021), atingindo o pico de 110,5 em 2022, com queda para 94,2 em 2023. A RI Guamá iniciou com 44,7 (2019) e apresentou crescimento contínuo: 52,3 (2020), 68,9 (2021), 72,3 (2022) e 74,0 em 2023. Já o Pará partiu de 79,7 (2019), subiu para 82,1 (2020), 89,4 (2021), estabilizando-se nos dois últimos anos com 89,2 e 90,1 respectivamente (Gráfico 20).

A trajetória de São João da Ponta foi marcada por forte aceleração até 2022, com posterior recuo, ainda assim encerrando acima da média estadual. A RI Guamá manteve crescimento constante, mas em patamar inferior ao do estado. A estabilidade do Pará nos dois últimos anos pode indicar saturação de mercado ou substituição por serviços de dados. O avanço acentuado em São João da Ponta demonstra melhoria no acesso, mas a queda recente pode apontar instabilidade de cobertura ou de serviços (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 94 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

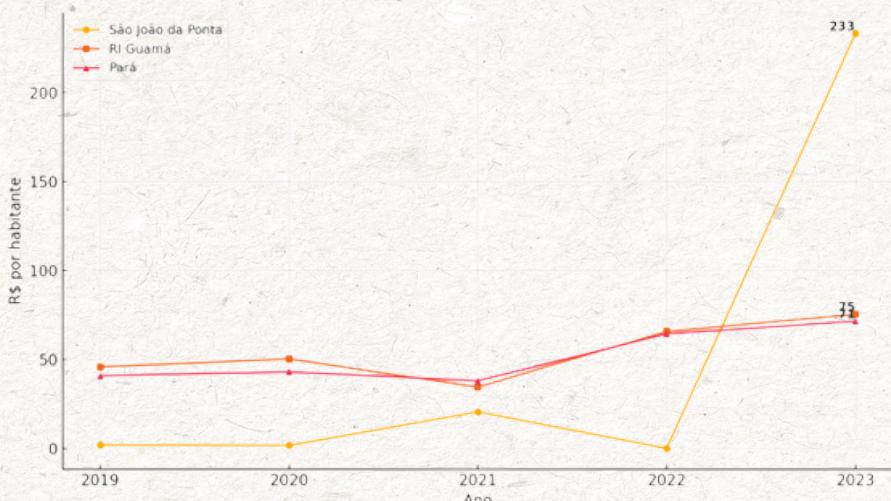
Em São João da Ponta, os gastos por habitante com cultura e gestão ambiental foram praticamente nulos em 2019 (R\$ 1,59) e 2020 (R\$ 2,21), subindo para R\$ 21,55 em 2021, caindo novamente para R\$ 0,65 em 2022 e saltando para R\$ 233,00 em 2023. Já a RI Guamá manteve valores mais estáveis: R\$ 46,78 (2019), R\$ 50,97 (2020), R\$ 36,24 (2021), R\$ 65,58 (2022) e R\$ 75,00 (2023). O estado do Pará evoluiu de R\$ 41,30 em 2019 para R\$ 44,85 (2020), caindo para R\$ 36,84 (2021), e subindo para R\$ 66,48 (2022) e R\$ 73,39 em 2023 (Gráfico 21).

Os dados mostram que São João da Ponta

teve um comportamento instável e atípico, com um aumento exponencial no último ano mais de três vezes o valor investido pelo estado. A RI e o estado apresentaram crescimento contínuo nos dois últimos anos, o que indica uma possível valorização das áreas culturais e ambientais nos orçamentos públicos. A variação brusca em São João da Ponta pode refletir ações pontuais ou execução de projetos específicos em 2023. É essencial avaliar se esse aumento será mantido ou se foi excepcional, dado o histórico de baixa alocação orçamentária (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 233/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



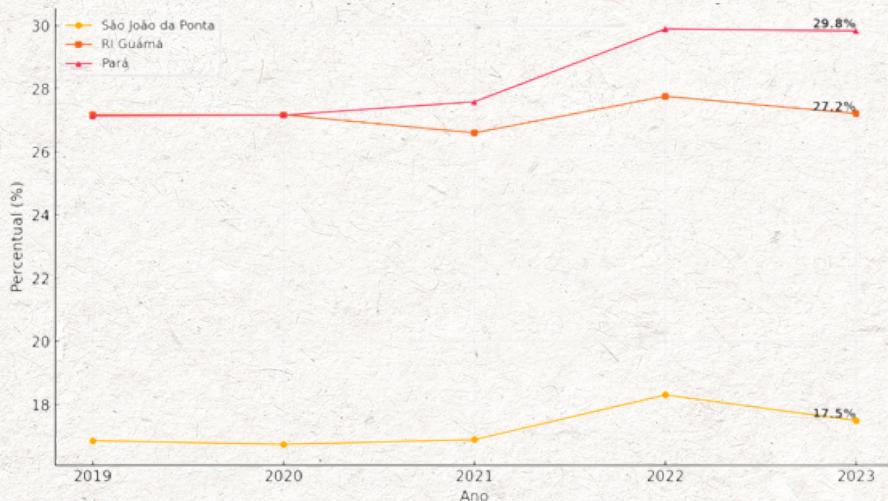


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em São João da Ponta, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo oscilou de 16,9% em 2019 para 16,7% (2020), subindo para 16,9% (2021), 18,3% (2022), e encerrando em 17,5% em 2023. A RI Guamá manteve 27,2% em 2019 e 2020, caiu ligeiramente para 26,5% (2021), subindo para 27,8% (2022) e voltando a 27,2% em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento: de 27,2% (2019 e 2020) para 27,7% (2021), 29,9% (2022) e 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

Apesar de oscilação moderada, São João da Ponta apresentou os menores índices entre os territórios, ainda que a prática persista para uma parcela relevante da população vulnerável. A RI Guamá e o estado permanecem em patamares altos e estáveis, refletindo a precariedade dos serviços de coleta de lixo. A leve elevação no Pará demonstra que o problema está se agravando. Isso revela a necessidade de políticas voltadas à inclusão sanitária, especialmente entre os grupos de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



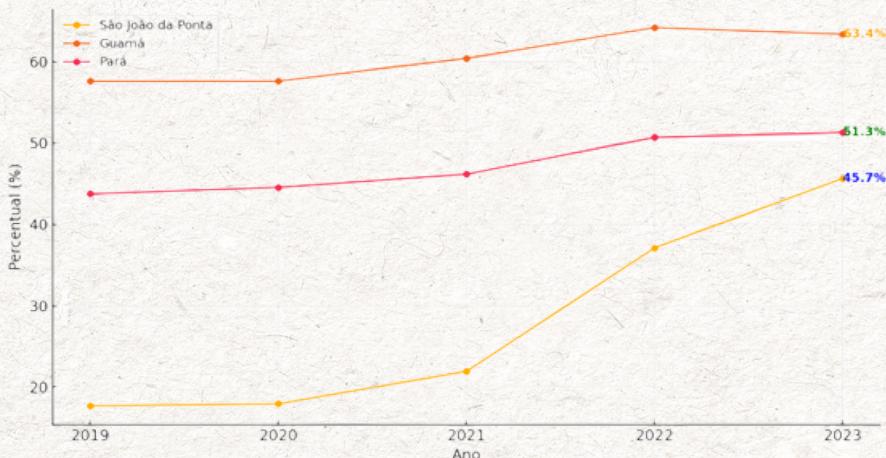
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em São João da Ponta era de 17,5% em 2019, manteve-se em 17,7% (2020), subindo para 22,1% (2021), 36,9% (2022) e atingindo 45,7% em 2023. Na RI Guamá, o indicador partiu de 58,2% e encerrou com 63,4% em 2023. No estado do Pará, os valores foram de 43,5% (2019), 44,3% (2020), 46,2% (2021), 50,5% (2022) e 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Apesar de ainda estar abaixo da média estadual e regional, São João da Ponta apresen-

tou aumento expressivo de 28 pontos percentuais no uso de fossas rudimentares, o que indica retrocesso nas condições sanitárias básicas. A RI Guamá e o Pará, embora com taxas mais altas, seguem trajetória de crescimento mais moderada. A alta generalizada nas três escalas revela falhas na expansão da rede de esgotamento sanitário, especialmente entre as populações mais pobres. O indicador expõe uma grave carência de infraestrutura essencial e demanda ação urgente do poder público (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,7 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



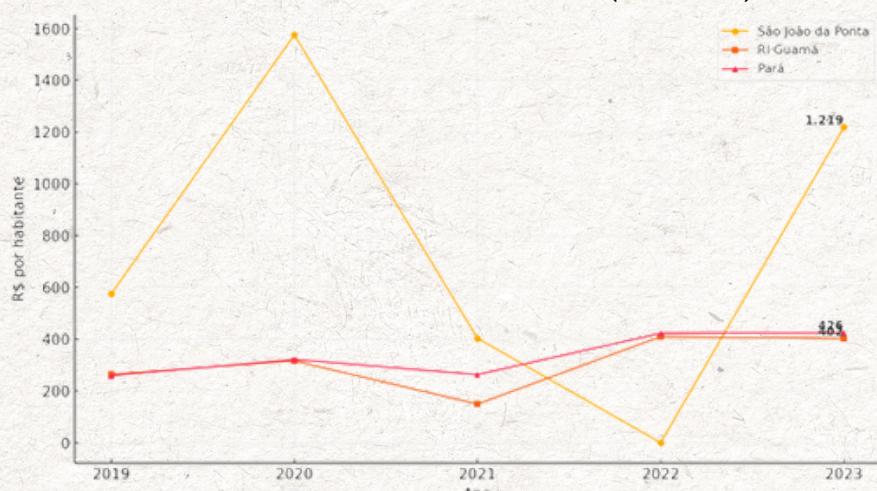
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São João da Ponta, os gastos oscilaram fortemente: R\$ 584 em 2019, saltando para R\$ 1.586 em 2020, caindo para R\$ 408 em 2021, quase zerando em 2022 (R\$ 1) e subindo novamente para R\$ 1.219 em 2023. Na RI Guamá, os valores foram mais estáveis: R\$ 262 (2019), R\$ 308 (2020), R\$ 155 (2021), R\$ 417 (2022) e R\$ 426 em 2023. O estado do Pará apresentou R\$ 270 (2019), R\$ 324 (2020), queda para R\$ 263 (2021), com recuperação nos dois anos seguintes: R\$ 419 (2022) e R\$ 402 em 2023 (Gráfico 24).



O padrão municipal mostra forte volatilidade, possivelmente ligada a projetos pontuais ou repasses esporádicos, o que contrasta com o comportamento gradual e consistente da RI e do estado. O destaque é o valor muito elevado em 2020 e 2023 em São João da Ponta, que superou em muito as demais esferas. No entanto, a ausência de gastos em 2022 levanta questionamentos sobre a regularidade das ações preventivas. A RI Guamá e o estado demonstram um compromisso mais estável com a prevenção, embora ainda abaixo de R\$ 500 por habitante. A alta variação local pode refletir dificuldade de planejamento contínuo (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.219/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Em São João da Ponta, os investimentos foram quase inexistentes até 2021: R\$ 0 em 2019, R\$ 1,5 em 2020, R\$ 0,4 em 2021, subindo para R\$ 8,3 em 2022 e saltando para R\$ 58 em 2023. Na RI Guamá, os valores aumentaram progressivamente: R\$ 0 (2019), R\$ 3,3 (2020), R\$ 1,4 (2021), R\$ 16,9 (2022) e R\$ 44 em 2023. Já o estado do Pará teve altos investimentos ao longo do período: R\$ 183 (2019), R\$ 278 (2020), R\$ 223 (2021), queda para R\$ 179 (2022) e retomada em 2023 com R\$ 287 por habitante (Gráfico 25).

O cenário revela um atraso na priorização da preservação aquática em nível municipal e re-

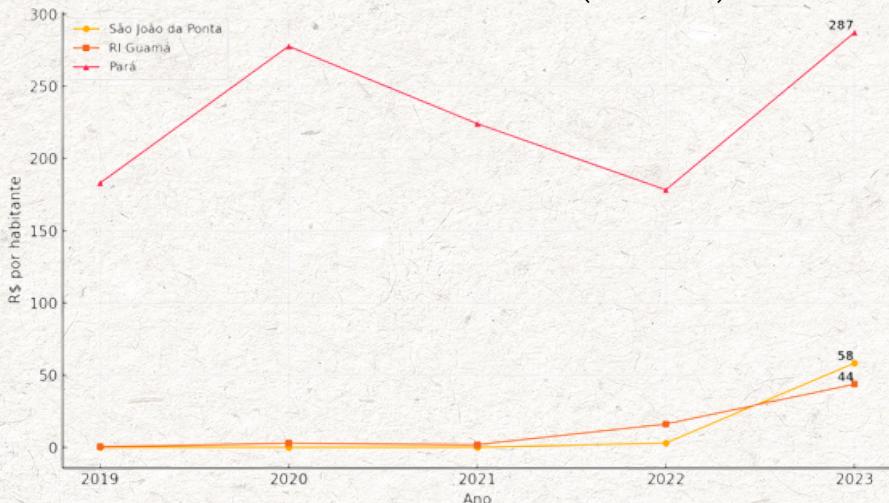
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



gional, com apenas o estado demonstrando investimentos consistentes. A partir de 2022, tanto São João da Ponta quanto a RI passaram a elevar os gastos, embora ainda em patamares muito inferiores ao estadual. O salto de São João da Ponta em 2023 sugere uma nova política local ou execução de projetos financiados externamente. Apesar disso, o histórico de baixíssimo investimento reforça a urgência de estratégias sustentáveis e permanentes. O Pará, por sua vez, lidera em constância e valor per capita aplicado (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 58/ hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/ Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

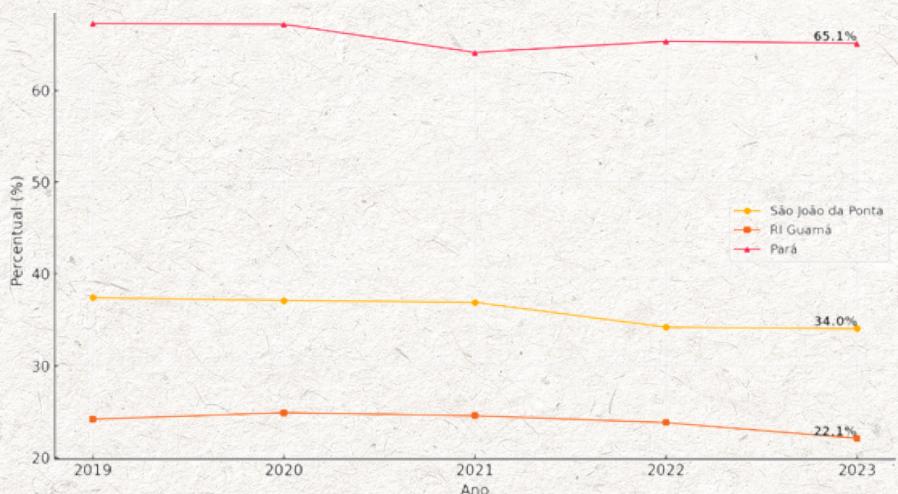
Em São João da Ponta, o percentual de área florestal permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2021 (37,5%, 37,2% e 37,1%), mas caiu nos dois anos seguintes para 34,2% (2022) e 34,0% (2023). A RI Guamá iniciou com 24,1% (2019), subiu para 24,9% (2020), mantendo-se em 24,6% (2021), antes de reduzir para 23,8% (2022) e 22,1% (2023). No estado do Pará, os percentuais foram mais elevados e constantes: 66,2% (2019 e 2020), leve queda para 64,1% (2021), depois leve recuperação: 65,0% (2022) e 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

O dado estadual revela uma

base florestal preservada, embora com oscilações sutis ao longo do período. Em contraste, tanto São João da Ponta quanto a RI Guamá apresentam tendências de queda mais acentuadas, indicando perda de cobertura vegetal. A redução de 3 pontos percentuais no município em apenas dois anos pode sinalizar avanço de uso agropecuário ou expansão urbana desordenada. A RI Guamá, já com baixos índices, reforça um cenário crítico. O declínio gradual da vegetação nativa em áreas menores destaca a necessidade urgente de ações locais de conservação e reflorestamento (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

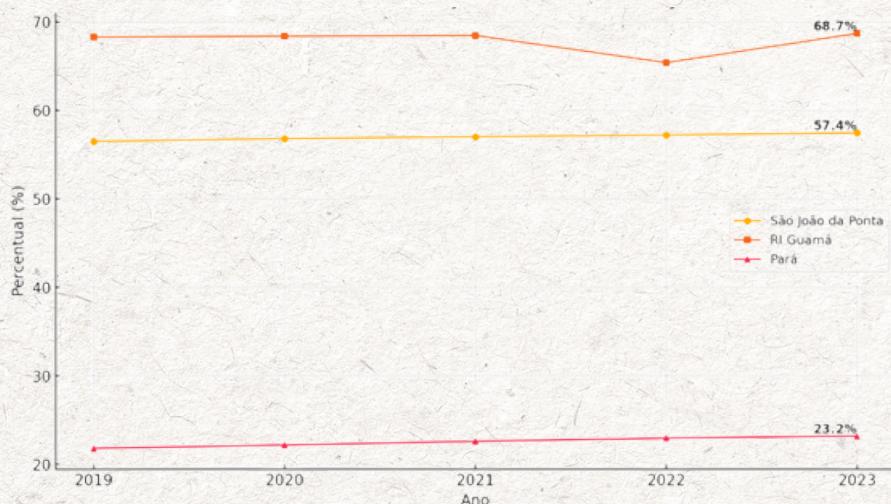
São João da Ponta apresentou valores praticamente constantes: 56,5% (2019), 56,8% (2020), 57,0% (2021), 57,2% (2022) e 57,4% em 2023. A RI Guamá manteve patamar elevado: 68,3% (2019), 68,4% (2020), 68,5% (2021), queda para 66,1% (2022) e nova alta para 68,7% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, mostrou crescimento leve e contínuo: 21,6% (2019), 22,0% (2020), 22,4% (2021), 22,8% (2022) e 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Os dados mostram que tanto o município quanto a RI estão muito acima da média estadual em termos de área desmatada,

indicando já um cenário de elevado comprometimento ambiental. O Pará, embora com tendência crescente, ainda preserva uma parcela considerável de sua cobertura florestal. A RI Guamá voltou ao seu maior nível histórico em 2023, o que pode estar ligado à intensificação de atividades agropecuárias ou madeireiras. Em São João da Ponta, a estabilidade do desmatamento sugere ausência de reversão, com risco de degradação consolidada. As políticas locais precisam priorizar não apenas o controle, mas a restauração florestal (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em São João da Ponta, o número de casos por 100 mil habitantes caiu de forma expressiva: 196,8 (2019), 97,6 (2020), 31,2 (2021), 0 (2022) e permaneceu zerado em 2023. A RI Guamá iniciou com 32,3 (2019), recuou para 25,0 (2020), 19,5 (2021), 16,1 (2022) e 11,4 (2023). O estado do Pará apresentou trajetória semelhante, com valores decrescentes: 39,7 (2019), 31,9 (2020), 25,8 (2021), 18,7 (2022) e 14,0 (2023) (Gráfico 28).

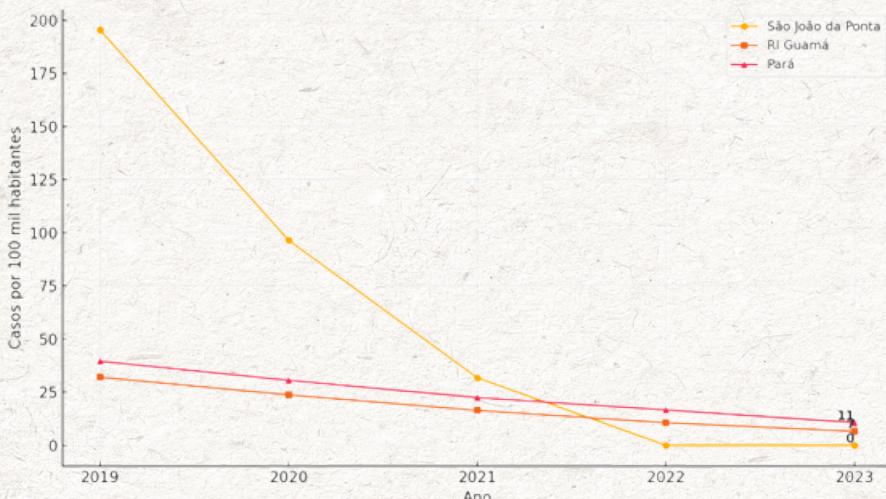
A redução constante e significativa do trabalho infantil nos três territórios é um sinal positivo de avanço em políticas um



um sinal positivo de avanço em políticas de proteção à infância e combate à vulnerabilidade social. São João da Ponta apresenta uma queda abrupta e total até a erradicação oficial do indicador, embora isso possa também refletir subnotificação. A RI e o estado mantêm valores acima de 10 casos por 100 mil, sugerindo que o problema persiste de forma residual. A tendência geral é de melhora, mas é essencial garantir a manutenção de ações preventivas e o fortalecimento da fiscalização, principalmente em áreas rurais (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em São João da Ponta, a taxa caiu de 48,8 (2019) para 16,2 (2020), zerou em 2021, mas voltou a subir para 23,1 (2022) e alcançou 45,0 em 2023. A RI Guamá apresentou declínio contínuo: 36,9 (2019), 27,9 (2020), 30,5 (2021), 29,2 (2022) e 27,1 em 2023. No Pará, os dados passaram de 39,0 (2019) para 32,2 (2020), 31,3 (2021), com leve alta para 34,8 (2022), e queda para 31,2 em 2023 (Gráfico 29).

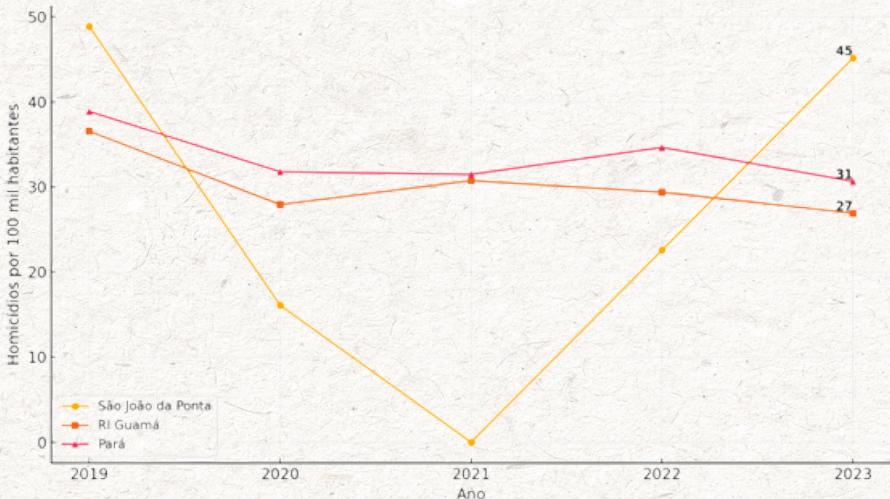
O município teve comportamento instável, com uma redução expressiva até 2021, seguida por forte recrudescimento da violên-

cia letal até 2023. A RI Guamá e o estado, por outro lado, mostraram mais estabilidade e tendência de redução gradual, mantendo taxas abaixo de 40. O aumento observado em São João da Ponta sugere fragilidade institucional na segurança pública local. A reemergência do indicador pode estar associada a conflitos pontuais ou ausência de políticas preventivas eficazes. O contexto exige atenção imediata das autoridades para conter a reversão da tendência positiva (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





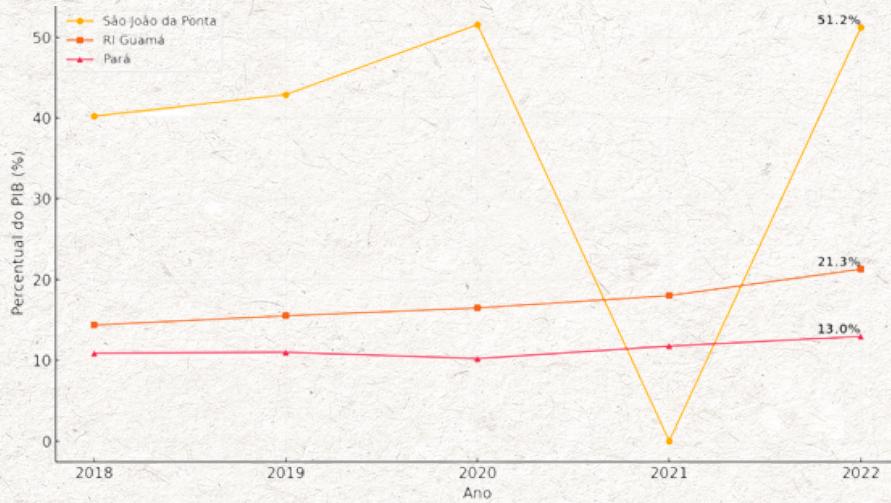
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em São João da Ponta, os gastos públicos municipais representaram 40,1% do PIB em 2018, subindo para 42,8% em 2019 e 51,4% em 2020. Em 2021, houve uma queda drástica para 0%, seguida por uma recuperação expressiva para 51,2% em 2022. A RI Guamá apresentou crescimento gradual e contínuo: 14,3% (2018), 15,3% (2019), 16,4% (2020), 17,8% (2021) e 21,3% em 2022. No estado do Pará, o indicador ficou relativamente estável, partindo de 10,7% (2018) e encerrando com 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O padrão de São João da Ponta é extremamente volátil, com forte elevação nos anos pa-

res e um apagão completo em 2021, possivelmente relacionado à inconsistência nos registros ou execução orçamentária. A RI Guamá mostra uma trajetória mais coerente e ascendente, possivelmente refletindo maior capacidade institucional e planejamento fiscal. O estado do Pará apresenta estabilidade com leve crescimento, sinalizando um modelo mais maduro e previsível de execução orçamentária. A oscilação brusca em São João da Ponta pode comprometer a continuidade das políticas públicas e a confiança na gestão local (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



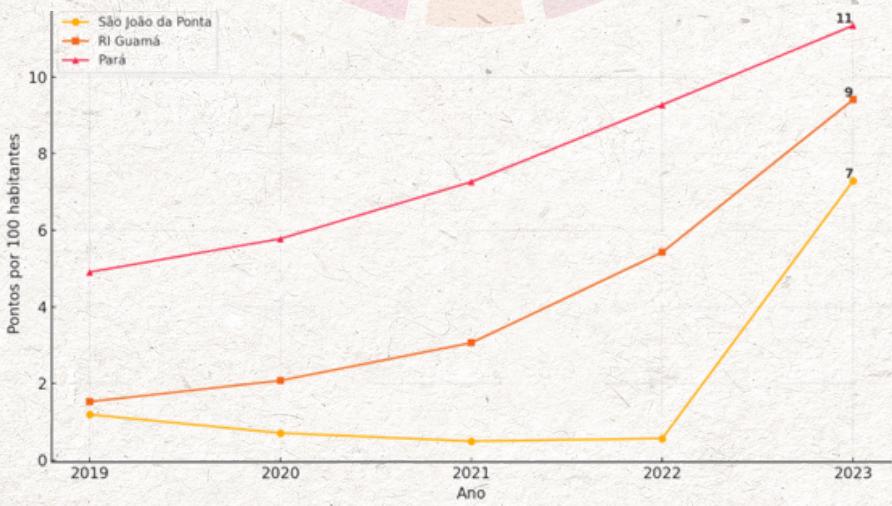
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

São João da Ponta iniciou com 1,3 pontos por 100 habitantes em 2019, caindo para 0,7 (2020), 0,5 (2021), mantendo 0,6 em 2022, e então avançando fortemente para 7,0 em 2023. A RI Guamá partiu de 1,6 em 2019, subindo progressivamente: 2,1 (2020), 3,1 (2021), 5,4 (2022) e 9,0 em 2023. O estado do Pará mostrou trajetória contínua de crescimento, com 4,9 (2019), 5,8 (2020), 7,3 (2021), 9,3 (2022) e 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

O acesso à banda larga fixa demonstra uma clara expansão no estado e na RI Guamá, reve-

lando avanço na infraestrutura digital. Em São João da Ponta, apesar da baixa cobertura nos anos anteriores, a forte alta em 2023 pode representar a chegada de políticas públicas ou investimentos privados que expandiram a conectividade. Ainda assim, o município permanece atrás das demais esferas, exigindo maior atenção para garantir acesso equitativo à internet. O aumento da conectividade é crucial para a inclusão digital, educação, saúde e oportunidades econômicas nas regiões interioranas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

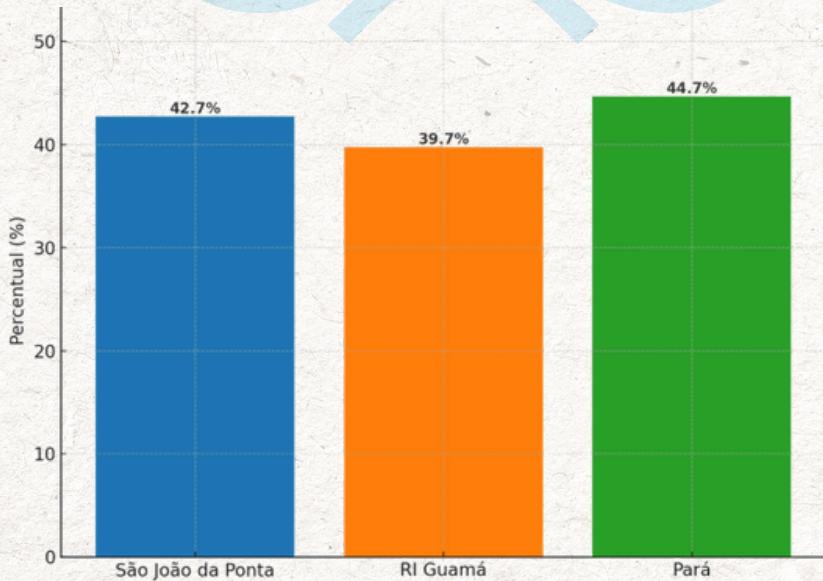
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São João da Ponta** registrou um IDS de **42,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São João da Ponta x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



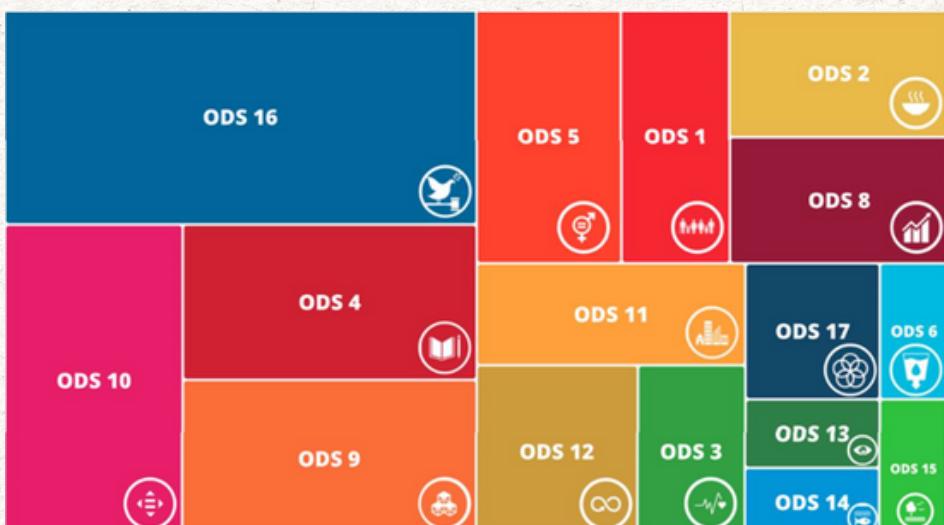
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20^a posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São João da Ponta na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São João da Ponta e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

